



HAL
open science

**Escrever sobre o olhar da Rua de António Maria
Cardoso e da Rua da Misericórdia: historiadores,
vigilância policial e censura no Estado Novo (de 1933 até
1974)**

Christophe Araújo

► **To cite this version:**

Christophe Araújo. Escrever sobre o olhar da Rua de António Maria Cardoso e da Rua da Misericórdia: historiadores, vigilância policial e censura no Estado Novo (de 1933 até 1974). Os intelectuais durante o Estado Novo, Ângela Salgueiro; Maria de Fátima Nunes; João Príncipe; Cláudia Ninhos, Jun 2017, Évora, France. hal-04333139

HAL Id: hal-04333139

<https://hal.science/hal-04333139>

Submitted on 12 Dec 2023

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Escrever sobre o olhar da Rua de António Maria Cardoso e da Rua da Misericórdia: historiadores, vigilância policial e censura no Estado Novo (de 1933 até 1974)

Christophe Araújo Universidade de Cergy-Pontoise, Casa de Velasquez
Universidade de Évora, 19 de junho de 2017

AGRADECER OS E AS ORGANIZADORES DESTE SEMINARIO

A irrupção do Estado Novo quebrou várias dinâmicas que estavam em fortalecimento durante a Primeira República nomeadamente a concentração da produção histórica no âmbito das faculdades de letras das universidades portuguesas e, consequência desta dinâmica, a da profissionalização dos historiadores, que começavam paulatinamente a corresponder aos quadros docentes exercendo na Universidade. Assim, delimitando ideologicamente o aceitável e o não aceitável, o Estado Novo afastou deliberadamente da Universidade toda uma parte dos intelectuais que não se adequavam, o que desembocou então na exclusão de toda uma produção historiográfica, considerada como incompatível com o ideário do regime.

Esta exclusão complexificou a definição de quem é historiador em Portugal durante o Estado Novo, obrigando-nos a não se limitar unicamente aos historiadores no quadro docente das Faculdades de Letras, tomando também em conta os que são considerados pelos pares e/ou por um público culto como historiadores. De facto, todo um grupo de escritores de história encontraram-se impossibilitados de aceder à cátedra ou sequer à docência, tanto nas universidades quanto no ensino secundário. Contudo, eles escreviam, publicavam ou comunicavam sobre história em várias revistas, livros, palestras, tanto em Portugal que fora do país. São esses historiadores, marginalizados pelo meio académico, que vão concentrar a nossa atenção.

O objetivo dessa comunicação é de apresentar brevemente umas pistas para indagar as limitações mas também as formas de resistência que ajudem a entender o dia a dia dos dos historiadores opositores ao Estado Novo.

Como vislumbrar a influencia – manifesta ou subtil – do poder político sobre o meio marginalizado dos historiadores opositores ao Estado Novo?

1) Mecanismos de controle dum parte da historiografia portuguesa: PVDE/PIDE/DGS, e censura

O título da minha comunicação faz referência a duas ruas de Lisboa de fúnebre reputação durante o Estado Novo: a rua de António Maria Cardoso, sede da PVDE/PIDE/DGS, que a pesar das modificações cosméticas de semântica são os acrónimos da polícia política portuguesa durante todo o período do Estado Novo e a rua da Misericórdia, sede da Censura prévia, na proximidade geográfica da maioria dos periódicos da capital. Procederemos por ordem.

A polícia política tinha obviamente um papel fulcral de vigilância dos intelectuais opositores. Vários historiadores estavam sob um mais ou menos discreto controle da parte desta instituição. Concretamente, este controle tinha múltiplas manifestações: podia ser simplesmente a alimentação dos dossiês dos que eram considerados como não oferecendo “garantias de cooperar na realização dos fins superiores do Estado” com recortes de imprensa onde os historiadores falavam ou seja na maioria dos casos nos jornais da oposição como a *República*, panfletos ou petições com o nome sublinhado em vermelho, transcrições de telefonemas interceptados, cópias de correspondência ou no caso de correspondência achada perigosa apreensão pura e simplesmente – tantas cartas que nunca foram recebidas, até cartas desejando umas boas festas ! – ; relatórios de interrogatórios, num contexto de prisão ou simplesmente de pressão aos opositores. (**exemplo de ameaça com Victor de Sá: no despacho**

de 6 de Abril de 1970, que acaba de proibir o o livro “Regressa para Quê?”

Ponto 3)

A polícia política também podia ter um papel primordial na limitação ou impossibilitação das carreiras dos historiadores portugueses. De facto, eles podiam impedir a docência nas faculdades, porque cada candidatura era enviado ao ministério que aproveitava para pedir o aviso da PIDE. Podemos pegar o exemplo de Flausino Torres. Já limitado a docência no secundário, no colégio Tomás Ribeiro em Tondela, recebeu uma carta de despedimento em 1961, claramente devido as suas atividades políticas e por pressão da PIDE e foi detido um ano depois. Mas a polícia política podia também impedir o acesso a certas vagas na faculdade. Foi o caso para Joel Serrão e Joaquim Barradas de Carvalho com a abertura duma vaga na Faculdade de Letras do Porto.

Do lado da Censura, também havia obviamente umas limitações fortes. Mesmo se a censura prévia não era tão sistemático que para os periódicos que sofriam bastante, na medida em que havia só um parecer com o título dos livros ou claramente se um autor já tinha uma fama de opositor, arriscava de ter um despacho solicitando a autorização ou a proibição do livro. Tal foi o que aconteceu para o António Borges Coelho com o seu primeiro livro *Raízes da Expansão Portuguesa* de 1964. Assim, além de criticar as posições historiográficas do autor, o simples facto de ser um opositor reconhecido desemboca na proibição do livro.

O conjunto destas medidas tanto do lado da polícia política que da censura contribuiu em difundir um clima de medo omnipresente, tentando também de tentar travar todas as formas de oposição antes do aparecimento – na medida em que o poder político tinha um certo receio em usar constantemente da força.

2) Estratégias e resistências dos historiadores à vigência

Para contrapor um pouco este retrato sufocante do controle do poder política, resta nos apresentar alguns dos meios encontrados por os historiadores opositores para contornar esses meios estatais de repressão.

Em primeiro lugar, temos que insistir na incapacidade da polícia política em controlar tudo. Assim, muitos livros passavam as fronteiras, sabendo que não deviam ter um nome equívoco. Uma anedota que me contou o António Borges Coelho pode ilustrar isso: ele conseguiu fazer vir de Itália muitos livros proibidos mas quando ia ser preso, ainda teve tempo de dizer a mulher para tratar dos livros. Eles tinham um vizinho que era padeiro e então, decidiram queimar todos os livros. Ou seja, a polícia política nunca soube desses livros. Também, na correspondência, é notável ver que em certas cartas que encontramos nos processos da PIDE, o facto de os correspondentes insistirem sobre os estranhos desaparecimentos de certas cartas faz que a PIDE, para não tornar muito evidente que apreendia correspondência, “contenta-se” de copiar para que não haja suspeita mesmo se é óbvio que muitos dos opositores tinham consciência que eram vigiados.

Do lado da censura, como já assinalamos, convinha ser um pouco esperto e pôr um título com palavras chaves que eram logo sinal de ideologia adversa como “Marx”, “luta das classes”, “maçonaria”, “guerra colonial” e tantas outras. Também, podia-se escolher a tática, ao oposto da autocensura, de carregar os artigos com elementos que os historiadores sabiam muito bem que iam ser cortados pela censura para que outras coisas atirem menos a atenção dos censores.

Em último lugar, devemos insistir na criação de um núcleo de historiadores da oposição, sedente de renovação das práticas historiográficas em Portugal – tanto no domínio das temáticas que nos períodos –, solidário nessa marginalização vivida, claro com certas oposições políticas mas que sabia ultrapassar essas diferenças e formavam um corpo pouco permeável a história

praticada na Academia. Assim, havia uma grande descredibilização da história escrita neste meio e uma valorização da história económica e social à moda dos Annales.

Em conclusão, vemos bem que o poder político teve a clara intenção de controlar os historiadores que não lhe eram favorável, usando o mais amplo leque de possibilidades que tinham com os seus principais instrumentos que são a polícia política e a censura. Contudo, este controle não era omnipresente e havia várias formas de escapar a repressão exercida pelo poder político.